ReGeo ISSN: 2177-3246

MÉTODO FÔNICO VERSUS MÉTODO GLOBAL NA ALFABETIZAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DOS DESFECHOS DE APRENDIZAGEM À LUZ DOS DADOS DO SAEB

THE PHONIC METHOD VERSUS THE GLOBAL METHOD IN LITERACY EDUCATION: A COMPARATIVE ANALYSIS OF LEARNING OUTCOMES BASED ON SAEB DATA

MÉTODO FÓNICO FRENTE A MÉTODO GLOBAL EN LA ALFABETIZACIÓN: ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS RESULTADOS DE APRENDIZAJE A LA LUZ DE LOS DATOS DEL SAEB

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-007

Data de submissão: 19/06/2026 **Data de publicação:** 03/08/2026

Amaury Cunha da Silva
Mestre em Educação e Cultura Contemporânea
Instituição: Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1502188848064108

Thais Vianna Maia
Doutora em Educação
Instituição: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7279554377493561

Nikolas Medson Araújo Ribeiro
Mestre em Educação
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros
Lattes: https://lattes.cnpq.br/9832025115541334

Bruna Sousa Torres
Pós-graduação em Letras – Redação e Oratória e Neuropsicopedagogia
Instituição: Faculdade de Educação São Luiz

Luciana Souza dos Santos Magalhães
Especialização em Neuropsicopedagogia
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4388215447929118

Paulo Henrique Lohn
Mestrado em Letras
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9035978069912963

Elizabeth Cristina Sales Pereira Ferraz
Mestra em Educação
Instituição: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8084691671382595

RESUMO
A alfabetização nos primeiros anos escolares permanece como um dos maiores desafios da educação brasileira, e a escolha do método de ensino é objeto de longa e intensa controvérsia. Este artigo,

desenvolvido como revisão bibliográfica e documental com análise de dados secundários, compara os fundamentos e as implicações do método fônico e do método global de alfabetização, à luz dos desfechos de aprendizagem revelados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica. Examinam-se os pressupostos dos métodos sintéticos, de que o fônico é expressão, e dos métodos analíticos e das concepções construtivistas, associados ao método global, bem como o debate contemporâneo reaberto pela Política Nacional de Alfabetização de 2019, que priorizou a instrução fônica sistemática e a ciência cognitiva da leitura. Os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica indicam que menos da metade das crianças concluía o segundo ano do ensino fundamental alfabetizada nos anos recentes, com recuo associado à pandemia e recuperação parcial posterior. Argumenta-se que os dados de avaliação, embora essenciais ao diagnóstico, não permitem, por si, atribuir os desfechos a um método específico, uma vez que a aprendizagem depende de múltiplos fatores. Conclui-se que a superação da dicotomia entre os métodos, em favor de uma abordagem que articule a sistematicidade da instrução às práticas de letramento, é caminho mais promissor do que a defesa exclusiva de um método sobre o outro.

Palavras-chave: Alfabetização. Métodos de Ensino. Avaliação Educacional.

ABSTRACT

Literacy in the early school years remains one of the greatest challenges facing Brazilian education, and the choice of teaching method has long been the subject of intense controversy. This article, developed as a literature and documentary review with an analysis of secondary data, compares the foundations and implications of the phonics method and the global method of literacy instruction, in light of the learning outcomes revealed by the Basic Education Assessment System. It examines the assumptions underlying synthetic methods—of which the phonics method is an example—as well as analytical methods and constructivist conceptions associated with the global method, along with the contemporary debate reignited by the 2019 National Literacy Policy, which prioritized systematic phonics instruction and the cognitive science of reading. Data from the Basic Education Assessment System indicate that less than half of children completed the second grade of elementary school literate in recent years, with a decline associated with the pandemic and a subsequent partial recovery. It is argued that assessment data, while essential for diagnosis, do not, by themselves, allow outcomes to be attributed to a specific method, since learning depends on multiple factors. It is concluded that overcoming the dichotomy between methods—in favor of an approach that integrates systematic instruction with literacy practices—is a more promising path than exclusively advocating one method over another.

Keywords: Literacy. Teaching Methods. Educational Assessment.

RESUMEN

La alfabetización en los primeros años escolares sigue siendo uno de los mayores retos de la educación brasileña, y la elección del método de enseñanza es objeto de una larga e intensa controversia. Este artículo, elaborado como una revisión bibliográfica y documental con análisis de datos secundarios, compara los fundamentos y las implicaciones del método fonético y del método global de alfabetización, a la luz de los resultados de aprendizaje revelados por el Sistema de Evaluación de la Educación Básica. Se examinan los supuestos de los métodos sintéticos —de los que el método fonético es una expresión— y de los métodos analíticos y las concepciones constructivistas, asociados al método global, así como el debate contemporáneo reabierto por la Política Nacional de Alfabetización de 2019, que dio prioridad a la enseñanza fonética sistemática y a la ciencia cognitiva de la lectura. Los datos del Sistema de Evaluación de la Educación Básica indican que, en los últimos años, menos de la mitad de los niños finalizaban el segundo curso de la enseñanza primaria

alfabetizados, con un retroceso asociado a la pandemia y una posterior recuperación parcial. Se argumenta que los datos de evaluación, aunque esenciales para el diagnóstico, no permiten, por sí solos, atribuir los resultados a un método específico, ya que el aprendizaje depende de múltiples factores. Se concluye que superar la dicotomía entre los métodos, a favor de un enfoque que articule la sistematicidad de la enseñanza con las prácticas de alfabetización, es un camino más prometedor que la defensa exclusiva de un método frente a otro.

Palabras clave: Alfabetización. Métodos de Enseñanza. Evaluación Educativa.

1 INTRODUÇÃO

Aprender a ler e a escrever é a base de toda a trajetória escolar e uma das condições do exercício pleno da cidadania. A alfabetização, contudo, permanece como um dos desafios não resolvidos da educação brasileira, e a discussão sobre a melhor forma de conduzi-la atravessa a história da escola no país. No centro dessa discussão está a chamada questão dos métodos, disputa antiga e recorrente sobre qual caminho conduz mais eficazmente a criança ao domínio da leitura e da escrita.

Essa disputa opõe, em seus termos mais tradicionais, dois grandes campos. De um lado, os métodos sintéticos, que partem das unidades menores da língua — os sons e as letras — para chegar às maiores, e de que o método fônico é a expressão contemporânea mais destacada. De outro, os métodos analíticos, que partem de unidades maiores e significativas — a palavra, a frase, o texto —, associados ao método global e, posteriormente, às concepções construtivistas da alfabetização. A literatura especializada tem insistido em que a oposição entre esses campos, longe de ser questão meramente técnica, envolve concepções distintas sobre a língua, a aprendizagem e a criança (SOARES, 2016). A escolha do método, nesse sentido, é também escolha de uma pedagogia.

A controvérsia, que parecia arrefecida, foi reacendida com força no fim da década de 2010. A Política Nacional de Alfabetização, instituída em 2019, adotou posição explícita ao priorizar a instrução fônica sistemática e ao ancorar-se na chamada ciência cognitiva da leitura, elegendo seis componentes essenciais para a alfabetização — a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário, a compreensão de textos e a produção de escrita (BRASIL, 2019). A política reabriu, assim, um debate que mobiliza pesquisadores, professores e gestores, e que voltou a colocar em confronto as diferentes tradições da alfabetização.

Esse debate ganha urgência diante dos indicadores de aprendizagem. Os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica revelam que uma parcela expressiva das crianças brasileiras conclui os primeiros anos do ensino fundamental sem estar alfabetizada, quadro agravado pela pandemia de covid-19, que interrompeu trajetórias e ampliou desigualdades (INEP, 2024). A persistência desses resultados insatisfatórios confere ao debate sobre os métodos não apenas relevância acadêmica, mas premência prática, pois está em jogo o direito de aprender de milhões de crianças.

O objetivo geral deste artigo é comparar os fundamentos e as implicações do método fônico e do método global de alfabetização, à luz dos desfechos de aprendizagem revelados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica. Como objetivos específicos, busca-se caracterizar os pressupostos de cada método; situar o debate reaberto pela Política Nacional de Alfabetização; analisar os dados de aprendizagem disponíveis; e discutir os limites de uma leitura que atribua os desfechos a um único

método. A relevância do estudo está em oferecer uma análise que, sem aderir a posições polarizadas, contribua para qualificar a discussão sobre a alfabetização no país.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica e documental, articulada à análise de dados secundários de avaliação educacional. A revisão orienta-se pelos procedimentos de reunião, análise e síntese da produção sobre determinado tema, de modo a construir uma visão de conjunto que fundamente a discussão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). À revisão da literatura sobre os métodos de alfabetização acrescenta-se a análise dos dados divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica, tomados como indicadores dos desfechos de aprendizagem.

O levantamento abrangeu a produção acadêmica sobre os métodos de alfabetização, os documentos oficiais que estruturam a política de alfabetização no país e os resultados das avaliações nacionais. Empregaram-se, na busca, os termos: método fônico, método global, alfabetização, letramento, ciência cognitiva da leitura e Sistema de Avaliação da Educação Básica. A análise buscou confrontar as diferentes perspectivas teóricas entre si e com os dados de realidade, de modo a evitar a adesão acrítica a qualquer dos polos do debate. Os dados quantitativos foram extraídos diretamente das fontes oficiais, sem estimativas próprias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO: SINTÉTICOS E ANALÍTICOS

A compreensão do debate exige recuperar a distinção fundamental entre as duas grandes famílias de métodos. Os métodos sintéticos partem das unidades mínimas da língua e caminham em direção às unidades maiores: da letra e do som para a sílaba, desta para a palavra e, por fim, para o texto. Os métodos analíticos percorrem o caminho inverso, partindo de unidades significativas — a palavra, a sentença, a história — para, a partir delas, chegar às unidades menores (SOARES, 2016). Essa diferença de direção não é meramente procedimental: expressa concepções distintas sobre o que significa ler e sobre como a criança aprende, sendo o eixo em torno do qual se organiza historicamente a questão dos métodos.

O método fônico inscreve-se na tradição sintética. Seu princípio é o ensino explícito e sistemático das relações entre os sons da fala — os fonemas — e as letras que os representam — os grafemas —, de modo que a criança aprenda a decodificar, convertendo a escrita em fala e vice-versa. O método global, por sua vez, inscreve-se na tradição analítica: parte do reconhecimento de palavras e textos inteiros e significativos, apostando que a criança, imersa em situações de leitura dotadas de

sentido, chegará à compreensão do sistema alfabético. As concepções construtivistas, que marcaram profundamente a alfabetização brasileira nas últimas décadas, aproximam-se dessa tradição ao enfatizar a construção do conhecimento pela criança em interação com a língua escrita.

Essa oposição, todavia, comporta simplificações que a literatura mais cuidadosa procura evitar. Nem todo método sintético se reduz ao fônico, nem todo método analítico se identifica com o construtivismo, e as práticas reais de sala de aula frequentemente combinam elementos de ambas as tradições. Reduzir o debate a uma escolha binária entre dois métodos puros é, portanto, empobrecê-lo, pois oculta a diversidade das abordagens e a complexidade das práticas efetivas. Ainda assim, a polarização entre o fônico e o global — ou, em termos mais amplos, entre a instrução sistemática e as abordagens centradas no significado — organiza o debate contemporâneo e estrutura as políticas que dele derivam.

3.2 O MÉTODO FÔNICO E A CIÊNCIA COGNITIVA DA LEITURA

A defesa contemporânea do método fônico ancora-se, em larga medida, nos aportes da ciência cognitiva da leitura, campo que investiga os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita. Essa perspectiva sustenta que a instrução fônica sistemática é componente crucial do ensino eficiente, por fornecer à criança as habilidades de decodificação fonológica que lhe permitem, uma vez dominadas, o autoensino e o desenvolvimento autônomo da leitura (SEBRA; DIAS, 2011). Segundo essa leitura, o reconhecimento explícito das relações entre grafemas e fonemas seria o pré-requisito a partir do qual se desenvolvem as demais habilidades de leitura, razão pela qual sua instrução deveria ser sistemática e não deixada ao acaso da imersão.

Foi essa perspectiva que informou a Política Nacional de Alfabetização de 2019, ao eleger a instrução fônica sistemática e a consciência fonêmica entre os componentes essenciais da alfabetização e ao vincular a política à educação baseada em evidências científicas (BRASIL, 2019). A política representou, nesse sentido, a tradução, em orientação oficial, de um conjunto de proposições da ciência cognitiva da leitura, deslocando o eixo da alfabetização brasileira em direção à tradição sintética e ao ensino explícito das correspondências entre sons e letras.

Os defensores dessa abordagem argumentam que a ênfase na decodificação não se opõe à compreensão nem ao sentido, mas os viabiliza: sem o domínio do código, a criança não teria acesso autônomo aos textos, de modo que a instrução fônica seria condição, e não obstáculo, do letramento. Sustentam, ainda, que a sistematicidade do ensino beneficia especialmente as crianças de meios menos favorecidos, que não dispõem, fora da escola, do contato intenso com a escrita que as abordagens

centradas na imersão pressupõem. A alfabetização sistemática seria, sob esse ângulo, também uma questão de equidade.

3.3 O MÉTODO GLOBAL, O CONSTRUTIVISMO E AS CRÍTICAS AO FÔNICO

A tradição analítica e as concepções construtivistas, por sua vez, opõem-se à centralidade da decodificação, por entenderem que a aprendizagem da leitura não se reduz à conversão de letras em sons, mas envolve, desde o início, a construção de sentido. Nessa perspectiva, a alfabetização deve ocorrer em contextos significativos de uso da língua escrita, e não pela repetição de exercícios de correspondência entre grafemas e fonemas, sob pena de dissociar o aprender a ler do compreender e do usar a escrita (SOARES, 2016). A ênfase recai, aqui, sobre a inserção da criança em práticas sociais de leitura e escrita — o letramento —, e não apenas sobre a aquisição do código.

A reintrodução do método fônico como política oficial suscitou críticas contundentes. Análises da circulação global das políticas de alfabetização situaram a ascensão do método fônico no interior de movimentos políticos de caráter neoconservador e alertaram para suas implicações sobre a desigualdade, questionando a transposição, para o contexto brasileiro, de soluções desenvolvidas em outros países e para outras línguas (WINDLE; BATISTA, 2019). Essas críticas advertem contra a apresentação do método fônico como solução técnica e universal, chamando a atenção para as dimensões políticas e ideológicas que atravessam a escolha dos métodos e para os riscos de desconsiderar as especificidades sociais e linguísticas nas quais a alfabetização se realiza.

A crítica adverte, ainda, contra a leitura da reintrodução do fônico como simples retorno a um paradigma anterior. Sustenta-se que a reinvenção da alfabetização não pode significar um retrocesso que despreze os avanços e as conquistas do campo, sobretudo o reconhecimento de que aprender a ler e a escrever é mais do que dominar o código (SOARES, 2020). A defesa de uma articulação entre a alfabetização e o letramento — condensada na proposta de alfaletrar — busca precisamente superar a dicotomia, recusando tanto a redução da alfabetização à decodificação quanto o abandono do ensino sistemático em nome exclusivo da imersão.

Um ponto de particular sensibilidade nas críticas ao método fônico diz respeito à transposição de evidências entre línguas. Boa parte da pesquisa que sustenta a instrução fônica sistemática foi produzida para a língua inglesa, cuja relação entre grafemas e fonemas é notoriamente irregular, o que torna a decodificação explícita especialmente necessária (WINDLE; BATISTA, 2019). O português brasileiro, de ortografia mais transparente, apresenta correspondências mais regulares, de modo que a simples importação de conclusões formuladas para outro sistema linguístico exige mediação. Reconhecer esse ponto não invalida a instrução fônica, mas adverte contra a adoção acrítica de

soluções concebidas em contextos distintos, reforçando a necessidade de pesquisa sensível às especificidades da língua e da realidade brasileiras.

Também a dimensão histórica ilumina o debate. A alternância entre métodos sintéticos e analíticos atravessa toda a história da alfabetização no Brasil, em ciclos que frequentemente responderam menos a evidências do que a movimentos ideológicos e políticos. A cada nova geração, um método é apresentado como a superação definitiva do anterior, para em seguida ser ele próprio questionado. Essa recorrência sugere prudência diante de qualquer anúncio de solução final e recomenda que se examine criticamente a pretensão de que um método, isoladamente, resolva um problema cuja persistência histórica indica raízes mais profundas do que a mera escolha de procedimentos de ensino.

3.4 OS DESFECHOS DE APRENDIZAGEM À LUZ DO SAEB

Os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica oferecem o retrato mais abrangente dos desfechos da alfabetização no país. Segundo o levantamento relativo a 2023, cerca de 49,3% das crianças concluíam o segundo ano do ensino fundamental alfabetizadas, patamar inferior ao registrado em 2019, quando o índice alcançava 60,3%, o que evidencia o impacto da pandemia de covid-19 sobre as trajetórias de aprendizagem (INEP, 2024). Esse recuo expressa a interrupção de uma tendência e sinaliza a magnitude do desafio de recomposição das aprendizagens no período pós-pandêmico.

O Indicador Criança Alfabetizada, adotado como padrão nacional a partir de 2023 e ancorado em uma escala específica de proficiência, registrou que 56% das crianças matriculadas no segundo ano estavam alfabetizadas em 2023, ante 36% em 2021, indicando recuperação parcial em relação ao pior momento da série (INEP, 2024). A diferença entre os percentuais aferidos por instrumentos distintos ilustra que os números de alfabetização dependem do critério e da escala adotados, o que recomenda cautela na comparação direta entre indicadores e na atribuição de significado às variações observadas.

A leitura desses dados à luz do debate sobre os métodos exige, contudo, prudência metodológica. As avaliações mensuram desfechos de aprendizagem, mas não isolam o efeito do método de alfabetização, que é apenas um entre os muitos fatores que influenciam o aprender a ler e a escrever. As condições socioeconômicas das famílias, a formação e as condições de trabalho dos professores, a infraestrutura das escolas, a continuidade das políticas e, de modo decisivo, o choque da pandemia interagem na produção dos resultados. Atribuir a um único método a responsabilidade pelos desfechos — para louvá-lo ou para condená-lo — seria, portanto, ignorar a natureza multifatorial da alfabetização e extrair dos dados uma conclusão que eles não sustentam.

3.5 PARA ALÉM DA DICOTOMIA: O QUE OS DADOS SUGEREM

O confronto entre as perspectivas e os dados sugere que a polarização entre o método fônico e o método global talvez não seja a moldura mais produtiva para enfrentar o problema da alfabetização. Se, de um lado, a ciência cognitiva da leitura oferece fundamentos consistentes para a importância da instrução sistemática das relações entre sons e letras, de outro, a tradição do letramento adverte, com razão, que aprender a ler não se esgota na decodificação e que o sentido não pode ser deixado para depois. As duas contribuições, longe de serem necessariamente excludentes, iluminam dimensões distintas de um mesmo processo.

É nessa direção que apontam as propostas de superação da dicotomia, que buscam articular a sistematicidade do ensino do código às práticas significativas de leitura e escrita, recusando a falsa escolha entre alfabetizar e letrar (SOARES, 2020). Tais propostas reconhecem que a criança precisa aprender o funcionamento do sistema alfabético — o que recomenda ensino explícito e organizado — sem que isso a afaste do uso social e significativo da escrita, do qual depende o sentido de tudo o que aprende. A questão, nesse enquadramento, deixa de ser qual método vence e passa a ser como integrar, de forma coerente, o que cada tradição tem de válido.

Os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, lidos sob essa ótica, funcionam menos como veredicto sobre os métodos e mais como diagnóstico da urgência do problema. O que os números evidenciam, com clareza, é que uma parcela inaceitável das crianças não está aprendendo a ler e a escrever no tempo devido, e que a recuperação das aprendizagens perdidas na pandemia é tarefa incontornável. Diante desse quadro, o esforço mais promissor parece ser o de mobilizar, de forma articulada, os conhecimentos disponíveis sobre como as crianças aprendem, em vez de consumir energia na defesa exclusiva de um método sobre o outro.

A integração entre alfabetização e letramento, condensada na proposta de alfaletrar, oferece um exemplo concreto de como a superação da dicotomia pode se traduzir em prática. Trata-se de reconhecer que a criança precisa aprender, de forma explícita e organizada, as relações entre sons e letras, sem que esse aprendizado a afaste do contato com textos reais e do uso significativo da escrita (SOARES, 2020). Nessa perspectiva, alfabetizar e letrar não são etapas sucessivas nem processos concorrentes, mas dimensões simultâneas de um mesmo percurso, no qual o domínio do código e a inserção nas práticas de leitura e escrita se desenvolvem de modo articulado e mutuamente reforçador.

Essa articulação tem implicações para a formação dos professores. Um alfabetizador capaz de integrar as contribuições das diferentes tradições precisa dominar tanto os fundamentos da instrução sistemática do código quanto as práticas de letramento, o que exige formação sólida e continuada. A polarização do debate, ao apresentar os métodos como opções excludentes, tende a empobrecer essa

formação, forçando a adesão a um campo em detrimento do outro. Superá-la, portanto, não é apenas questão teórica, mas condição para preparar professores aptos a mobilizar, de maneira flexível e fundamentada, o repertório de que a alfabetização efetiva depende.

4 DISCUSSÃO

A análise desenvolvida permite articular convergências, tensões e lacunas. A principal convergência, que atravessa mesmo as perspectivas mais opostas, é o reconhecimento de que a criança precisa, em algum momento, apropriar-se do funcionamento do sistema alfabético. Divergem os autores quanto ao lugar, ao momento e ao peso dessa apropriação, mas não quanto à sua necessidade, o que sugere que a distância entre as posições é menor do que a retórica da polarização faz supor.

A principal tensão reside na relação entre a instrução sistemática e o sentido. A tradição fônica enfatiza a primeira, receosa de que sua ausência prejudique sobretudo os mais vulneráveis; a tradição do letramento enfatiza o segundo, receosa de que a ênfase excessiva no código dissocie o aprender a ler do compreender e do usar a escrita (WINDLE; BATISTA, 2019). Essa tensão, longe de reclamar a vitória de um dos polos, aponta para a necessidade de uma síntese que preserve as contribuições de ambos, reconhecendo que a sistematicidade e o sentido não são inimigos, mas dimensões complementares de uma boa alfabetização.

As lacunas identificadas são de duas ordens. A primeira é a dificuldade de isolar, nos dados de avaliação, o efeito do método, o que impede conclusões causais e recomenda cautela na instrumentalização das estatísticas em favor de uma ou outra posição. A segunda é a distância entre o debate acadêmico e as condições reais das salas de aula, nas quais a alfabetização depende não apenas do método adotado, mas da formação dos professores, das condições de trabalho e da continuidade das políticas — fatores que nenhuma escolha metodológica, isoladamente, é capaz de suprir.

Do ponto de vista das implicações, a análise sugere que a política de alfabetização se beneficiaria menos da defesa dogmática de um método do que do investimento nas condições que tornam qualquer método eficaz: a formação sólida dos alfabetizadores, a estabilidade das políticas para além dos ciclos de governo, o apoio às escolas e às famílias e a atenção às desigualdades que se manifestam já na porta de entrada da escolarização. A escolha do método é importante, mas não é a única — nem, talvez, a principal — variável de que depende o sucesso da alfabetização.

Cabe, por fim, uma consideração sobre o uso das avaliações no debate. Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica são frequentemente mobilizados para atestar o sucesso ou o fracasso de uma política de alfabetização, mas essa utilização exige cautela, pois as variações nos indicadores refletem múltiplos fatores e podem decorrer de mudanças nos próprios instrumentos e

critérios de medida (INEP, 2024). Tratar os números como veredicto sobre um método específico é atribuir-lhes um poder explicativo que eles não possuem, e corre o risco de converter a avaliação, que deveria ser instrumento de diagnóstico e de aprimoramento, em arma retórica de disputas que a antecedem e a transcendem.

Essa cautela não diminui a importância das avaliações, mas a qualifica. Bem utilizados, os dados de aprendizagem são indispensáveis para identificar onde e quanto as crianças estão deixando de aprender, para monitorar a evolução do problema e para orientar a alocação de esforços e recursos. Mal utilizados, transformam-se em instrumento de simplificação, que reduz um fenômeno complexo a um placar entre métodos rivais. O uso responsável das avaliações, nesse sentido, é ele próprio parte da superação da polarização, ao devolver aos dados sua função diagnóstica e ao subtraí-los à lógica da disputa.

5 CONCLUSÃO

A comparação realizada permite responder ao objetivo central: método fônico e método global fundam-se em concepções distintas sobre a língua e a aprendizagem, e os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, embora essenciais ao diagnóstico da alfabetização, não autorizam, por si, atribuir os desfechos de aprendizagem a um método específico. A leitura dos indicadores revela um quadro preocupante — com menos da metade das crianças alfabetizadas ao fim do segundo ano em anos recentes e recuo associado à pandemia —, mas esse quadro resulta de múltiplos fatores, e não de uma escolha metodológica isolada.

Retomando os objetivos específicos, caracterizaram-se os pressupostos dos métodos sintéticos e analíticos; situou-se o debate reaberto pela Política Nacional de Alfabetização, que priorizou a instrução fônica e a ciência cognitiva da leitura; analisaram-se os dados de aprendizagem disponíveis, com as cautelas que sua interpretação exige; e discutiram-se os limites de uma leitura que reduza os desfechos a um único método. Ao longo do percurso, evidenciou-se que a polarização entre o fônico e o global tende a obscurecer mais do que a esclarecer, e que a articulação entre a sistematicidade do ensino e as práticas de letramento constitui caminho mais promissor.

Reconhecem-se as limitações inerentes a uma revisão apoiada em dados secundários, que não permite estabelecer relações causais entre método e desfecho. Delineiam-se, assim, perspectivas para pesquisas futuras: estudos que acompanhem, em condições controladas, os efeitos de diferentes abordagens sobre a aprendizagem; investigações que articulem os dados de avaliação às condições concretas das escolas; e análises que aprofundem as propostas de integração entre alfabetização e letramento. Em síntese, mais do que eleger um vencedor na questão dos métodos, a superação do

desafio da alfabetização parece depender da capacidade de mobilizar, de forma articulada e sustentada, tudo aquilo que se sabe sobre como as crianças aprendem a ler e a escrever.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2023: resultados da avaliação da alfabetização. Brasília, DF: Inep, 2024.

SEBRA, A. G.; DIAS, N. M. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. Revista Psicopedagogia, v. 28, n. 87, p. 306-320, 2011.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. DOI: 10.1590/S1679-45082010RW1134.

WINDLE, J.; BATISTA, S. A circulação global de políticas de alfabetização: o método fônico, desigualdade e movimentos políticos neoconservadores. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 19, n. 2, p. 385-411, 2019. DOI: 10.1590/1984-6398201915478.